****

**Pesquisa do Cenpec aponta que adesão de professor à reprovação escolar depende de suas crenças sobre princípios de justiça e avaliação, sua formação e contato com estudos do tema**

*Questionário para mais de 5 mil docentes, de todas as regiões do país, foca tema relacionado à inequidade escolar. Achados podem auxiliar a formação de docentes, colaborando para aprimorar processos de ensino e aprendizagem.*

A Coordenação de Pesquisas do Cenpec (Centro de Pesquisas e Estudos em Educação, Cultura e Ação Comunitária) está lançando publicamente a pesquisa ***Crenças de professores sobre reprovação escolar***. O principal objetivo foi analisar as crenças dos docentes da educação básica brasileira sobre reprovação. A investigação integra um esforço maior e de longo prazo do Cenpec de enfrentamento das desigualdades educacionais no Brasil.

Na análise, foram feitas relações entre crenças dos professores sobre reprovação; princípios de justiça; e avaliação; e foi verificado o conhecimento deles sobre resultados de pesquisas acerca de consequências da reprovação, com indicação de como essas crenças e conhecimentos se relacionam entre si. Foram listadas também as características de perfil do docente que podem influir em sua adesão à reprovação e de contexto de políticas públicas possivelmente influenciadoras de suas crenças, como o Ideb. O novo estudo apresenta evidências de que:

1. professores favoráveis à reprovação tendem a aderir também ao princípio de justiça meritocrático (reconhecimento por talento ou mérito) e à avaliação normativa (comparação do aluno entre pares).
2. professores que tendem a concordar menos com a reprovação têm mais experiência e formação: acumulam mais tempo de experiência docente, não lecionam nos anos iniciais do Fundamental, apresentam mais conhecimento de pesquisas sobre o tema e possuem mestrado e doutorado.
3. 78% dos professores da amostra adotam postura intermediária, concordando ou discordando parcialmente da reprovação, mas 54,5% deles apontaram que seus colegas são favoráveis à reprovação, o que indica que pode haver um número bem maior de docentes favoráveis à prática.

Essa pesquisa integra uma investigação mundial, em parceria com a Universidade de Genebra, com coordenação do pesquisador belga Marcel Crahay. Aqui, ela conta com apoio financeiro da Fundação Tide Setubal. Os estudos dos demais países participantes – Bélgica, Romênia e Suíça (cantões em que se fala francês) – ainda estão em andamento. Os achados em cada um deles não são diretamente comparáveis entre si, mas se integram ao panorama maior examinado.

**Metodologia –** A equipe de pesquisa apresentou 189 afirmações aos professores brasileiros. As respostas voluntárias a cada frase poderiam ir do "discordo totalmente" (1) até o "concordo totalmente" (6), em um espectro de 1 a 6. Ou seja, demandava do respondente discordância ou concordância, evidenciando sua posição relativa. O instrumento foi aplicado, em um ambiente online e sigiloso, de 30 de junho a 24 de julho de 2014, em professores participantes da Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP) de 2014 que atuam como docentes nos Ensinos Fundamental e Médio. Depois de analisados os 5.996 questionários respondidos, a amostra final foi de 5.493 professores, o equivalente a quase 30% dos professores que lecionam português nas redes públicas do país (do 5º ano do Fundamental ao 3º ano do Médio). Trata-se de uma amostra de conveniência, que representa principalmente professores em busca de formação, e não o universo de todo o Brasil. A maioria dos componentes da amostra é do sexo feminino, tem entre 30 e 49 anos, mãe analfabeta ou com escolaridade até o ginasial incompleto, renda familiar líquida mensal entre dois e dez salários mínimos, ensino superior completo e pós-graduação lato sensu, é concursada e acumula mais de dez anos como docente.

Desenvolvido sob a liderança de Marcel Crahay, da Universidade de Genebra, o questionário foi traduzido, revisado tecnicamente e teve perguntas sobre o perfil do professor adaptadas ao contexto brasileiro. Antes de ser aplicado, foi testado com 8 professores do país e pessoas experientes em formação docente. Utilizou-se correlação para analisar a relação entre as crenças (sobre reprovação; princípios de justiça; e avaliação) e entre estas e o conhecimento de pesquisas do assunto reprovação. E empregou-se análise de regressão para observar a identificação das características de perfil associadas à adesão à reprovação. ***(leia detalhes do estudo no Boletim da Pesquisa Crenças de professores sobre reprovação escolar).***

**Contexto –** Pesquisas nacionais e internacionais atestam efeitos desfavoráveis da reprovação no percurso escolar do aluno, como efeitos socioemocionais e psicológicos negativos, colaborando para distorção idade-série, abandono dos estudos e fracasso escolar e funcionando como entrave à universalização do acesso e da conclusão na idade adequada do Ensino Médio – o que, no Brasil, tem gerado mais inequidade escolar. Pesquisa de 2016 do Cenpec sobre Ensino Médio demonstra, por exemplo, que só 62% dos jovens brasileiros entre 18 e 29 anos terminaram o Ensino Médio em 2014. Dentre os jovens que não concluíram, 79% desistiram dos estudos e, dos 21% restantes, cerca de 82% ainda cursavam o Ensino Médio naquele ano; 17% ainda não haviam terminado o Fundamental; e 1% frequentava EJA (Educação de Jovens e Adultos).

**Contribuição à formação docente –** Os achados iniciais reforçam a necessidade de se conhecer de forma mais aprofundada as crenças dos docentes, uma vez que elas se materializam em suas ações em sala. “As crenças centrais dos professores devem estar contempladas na formação inicial e continuada de docentes, porque, assim, elas serão conhecidas, discutidas, desconstruídas e substituídas, de modo que os processos de ensino e aprendizagem na escola possam ser aprimorados”, explica Antônio Augusto Gomes Batista, coordenador de pesquisa do Cenpec. Ele acrescenta que trabalhar em processos formativos de professores com a desconstrução de crenças, bem como com evidências científicas sobre os malefícios da reprovação, “pode ajudar a ampliar o conjunto de crenças ao qual o docente recorre para agir, aperfeiçoando, assim, a sua prática”.

**Resumo dos achados –** Algumas das relações entre as crenças e entre crenças e conhecimento das pesquisas sobre reprovação são:

* quanto mais favorável à reprovação, menos se considera que ela causa efeitos socioafetivos negativos e mais se acha que ela deve ocorrer precocemente;
* quanto mais favorável à reprovação, mais se adere à concepção normativa de avaliação e meritocrática de justiça;
* o professor que acredita na avaliação como meio de selecionar os melhores tende também a apostar no princípio meritocrático como meio de distribuição do conhecimento;
* acreditar que a reprovação tenha efeitos socioafetivos negativos ou que ela deve ocorrer precocemente na vida escolar aparece correlacionado negativamente com ter conhecimento de pesquisas sobre os efeitos negativos dessa prática;
* o professor que discorda da reprovação tende, em média, a conhecer mais as pesquisas sobre os efeitos da reprovação, ter mestrado ou doutorado, não atuar no EF1, ter mais de vinte anos de experiência docente;
* quanto mais o docente conhece as pesquisas, menos é favorável à reprovação;
* os resultados de que conhecimento de pesquisas sobre o efeito da reprovação e ter feito mestrado ou doutorado estão associados à menor adesão à reprovação são um indicativo de que a formação de professores influencia as crenças deles sobre reprovação;
* são os professores dos anos iniciais da educação básica que tendem a ser mais favoráveis à prática;
* o professor que teve contato somente com a política de progressão continuada da década de 1990, e não com a atual, tende a ser mais favorável à reprovação;
* docentes que repetiram, mas têm maior renda e cursam atualização ou especialização, aderem menos à reprovação;
* professores com mais de dez anos de experiência, negros e polivalentes tendem a acreditar mais que a reprovação tem efeitos socioafetivos negativos; mais velhos e residentes no Sudeste aderem menos à crença;
* quanto mais o docente conhece pesquisas, menos ele adere à ideia de que a reprovação deve ocorrer no início da vida escolar. O mesmo ocorre para com mestrado ou doutorado, concursados e que não atuam no EF1;

**Leia detalhes da pesquisa no Boletim Educação & Equidade:** [**http://www.cenpec.org.br/boletim/boletim03/**](http://www.cenpec.org.br/boletim/boletim03/)

**Porta-vozes para imprensa da pesquisa *Crenças de professores sobre reprovação escolar:***Antônio Augusto Gomes Batista, coordenador de pesquisa do Cenpec; Maria Amábile Mansutti, coordenadora técnica do Cenpec; e Vanda Mendes Ribeiro, pesquisadora do Cenpec.

**Assessoria de Comunicação do Cenpec**

Elisângela Fernandes – Tel.: (11) 9 7266-5389 / (11) 2132-9031, [elisangela.fernandes@cenpec.org.br](mailto:elisangela.fernandes@cenpec.org.br)

Gustavo Paiva – Tel.: (11) 2132-9031, [gustavo.paiva@cenpec.org.br](mailto:gustavo.paiva@cenpec.org.br)

Fabiana Pereira – Tel.: (11) 9 9983-9941, [fabiana@pbcomunica.com.br](mailto:fabiana@pbcomunica.com.br)

